

3. Famílias urbanas nas classes populares

O senhor... Mire e veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas - mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isso que me alegra, montão.

(Guimarães Rosa, 1980)

Neste capítulo indicamos os pressupostos teóricos que fundamentam as análises empreendidas. A discussão se realiza em torno do debate que toma a família como conceito polissêmico, problematizando o modelo nuclear que se impõe como hegemônico na sociedade brasileira. No plano mais geral discute-se o surgimento da família nuclear burguesa e no caso brasileiro contextualizamos a família patriarcal, enquanto modelo dominante que co-existiu com formas alternativas de organização familiar no final do século XIX e início do século XX.

Na seqüência, oferecemos um panorama das mudanças econômicas e sociais que afetaram o país a partir das décadas de 1980 e 1990 (desemprego, incremento da força de trabalho feminina, redução nos níveis de fecundidade) e seus impactos sobre as estruturas familiares. Por fim, apresentamos um breve balanço da produção bibliográfica sobre família nas classes populares, a partir dos anos 1970 tendo como mediação as categorias trabalho e família.

3.1. À guisa de uma apreensão conceitual

O primeiro passo a ser dado nos estudos que se debruçam sobre o tema da família é romper com valores e representações informados pela experiência particular do pesquisador e pelo senso comum. A imagem de família mais difundida é aquela onde convivem harmoniosamente pai, mãe e filhos em uma mesma casa. Essa construção remete ao modelo tradicional, o modelo da família nuclear burguesa. Cabe, portanto dissolver sua aparente naturalidade.

A análise da família enquanto uma instituição social revela que o grupo familiar se mostra de maneira distinta nas sociedades e apresenta particularidades em diferentes momentos históricos. Autoras como Bruschini (1993) trazem

abordagens fecundas para compreender como a instituição família se transformou ao longo da história.

Assim como a família não é uma instituição natural, podendo assumir configurações diversificadas em sociedades ou grupos sociais heterogêneos, o modelo nuclear da família, que nos parece tão natural, só se consolidou por volta do século XVIII, segundo nos informam os estudos históricos. A mutabilidade seria, portanto, outra característica do grupo familiar (BRUSCHINI, 1993, p.51).

A partir de uma análise iconográfica do Antigo Regime francês, Philippe Ariès (1981) esclarece em *História social da criança e da família* o surgimento da família nuclear burguesa, a família ‘moderna’, ou seja, aquela caracterizada pela ternura e a intimidade que ligam os pais aos filhos.

Segundo Ariès, até a Idade Média, o sentimento de família era desconhecido. A família assegurava a transmissão da vida e dos bens, mas não constituía uma realidade sentimental. O processo de privatização da família e sua redução ao formato nuclear (pai, mãe e filhos) estão associados à separação entre esfera de produção e reprodução. A família nuclear burguesa consolidada no século XVIII constituirá a base da sociedade capitalista. Neste novo modelo de família instaurou-se uma rígida divisão sexual do trabalho.

À mulher coube principalmente a realização de tarefas relativas à reprodução da força de trabalho na esfera privada do lar e sem remuneração, enquanto ao homem coube o trabalho produtivo extra-lar, pelo qual passou a receber uma remuneração. (BRUSCHINI, 1993, p.64).

Para Bruschini (1993) a ideologia ‘transformou’ esta rígida divisão social em uma divisão ‘natural’. A função e o comportamento feminino estariam, de acordo com esta perspectiva, definidos pelo aspecto biológico e natural do aparelho reprodutivo. Baseada em uma visão essencialista da mulher, a ideologia enfatizou o argumento biológico que atribuiu às mulheres o ‘papel’ exclusivo de mãe e esposa. É assim, que o discurso da ‘natureza’ faz da procriação a essência da mulher e subtrai-lhe ao mesmo tempo o papel de sujeito e a posse de seu corpo.

É possível depreender uma relação dialética entre o nascimento da família moderna e a definição social da mulher como mãe. O ‘papel’ materno, ou as formas como as mulheres *maternam* (como cuidam dos filhos, como significam afetivamente os vínculos mãe-filho) são socialmente definidos e estão sempre

relacionados com o modo de organização da produção e a reprodução nas sociedades.

Muitos foram os esforços empregados na consolidação do mito do amor materno. Para compreendê-los será necessário retornar ao século XVIII, quando a sociedade europeia passou por uma série de mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais. Elisabeth Badinter (1985) com bases documentais revela que na França dos séculos XVII e XVIII as crianças eram entregues às amas, desde o nascimento, para que fossem criadas. As primeiras pesquisas demográficas do final do século XVII constataram a enorme mortalidade infantil e no século XVIII com o capitalismo nascente, a criança adquire um valor mercantil e começam os discursos sobre a necessidade econômica e política de conservar as crianças através da exaltação do amor materno. De fato, o sentimento familiar é um valor aprendido na cultura. Os valores, argumenta Thompson,

[...] não são apenas ‘pensados’, nem ‘chamados’; são vividos e emergem no interior do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem nossas idéias. São as normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (e ‘aprendidas’ no sentimento), no *habitus* de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria (1981, p.194).

Badinter situa entre os séculos XVIII e XIX a emergência da representação de maternidade tal como a conhecemos, ou seja, baseada na idéia do amor natural e instintivo, das mães por seus filhos.

Após 1760, abundam as publicações que recomendam às mães cuidar pessoalmente dos filhos e lhes ‘ordenam’ amamentá-los. Elas impõem, à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo, e engendram o mito que continuará bem vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho. [...] Alguns, mais cínicos, verão nele, a longo prazo, um valor mercantil. Igualmente nova é a associação das duas palavras, ‘amor’ e ‘materno’, que significa não só a promoção do sentimento, como também a da mulher enquanto mãe. (BADINTER, 1985, p.145).

Desde aquela data, a maternidade como experiência de felicidade para a mulher implicava em sacrifícios, doação, dores e sofrimento. Tal construção cultural ainda é reforçada e naturalizada na atualidade²⁶. Assim, a não

²⁶ Dagmar Meyer (2005) denomina “politização da maternidade” este investimento contemporâneo em um padrão de mulher-mãe.

naturalidade e a mutabilidade são aspectos fundamentais para compreensão da família.

As reflexões sobre a família no Brasil vêm se beneficiando de diversas revisões críticas impulsionadas pela *Micro-história* e pela *História das Mentalidades*. Estes estudos²⁷ recuperam as obras clássicas²⁸ sobre a família brasileira relativizando os modelos de família deles extraídos. A historiografia brasileira aponta mudanças significativas nos estudos sobre a família e revelam concepções diversificadas e matizadas da família no Brasil que não se enquadram no modelo predominante.

Mariza Corrêa (1994) ao ‘repensar’ o tema considera que a família patriarcal apresentada pelo pensamento social brasileiro impõe um ponto de vista único e genérico da família brasileira.

A história das formas de organização familiar no Brasil tem-se contentado em ser a história de um determinado tipo de organização familiar e doméstica – ‘a família patriarcal’-, um tipo fixo onde os personagens, uma vez definidos, apenas se substituem no decorrer das gerações, nada ameaçando sua hegemonia, e um tronco de onde brotam todas as outras relações sociais. Ela se instala nas regiões onde foram implantadas as grandes unidades agrárias de produção – engenhos de açúcar, fazendas de criação ou de plantação de café (CORRÊA, 1994, p.15)

A família patriarcal aparece como a imagem dominante na literatura sobre a família no Brasil. Neste regime, a mulher, caracterizada como sexo frágil e belo, juntamente com os filhos e os escravos estão todos submetidos ao mando e autoridade do homem que figura como o sexo forte e nobre.

Esta construção é convertida em matriz para toda sociedade colonial, quando na verdade se trata de um tipo localizado no tempo e no espaço. Mariza Corrêa afirma que esta generalização toma como referência a zona açucareira nordestina e nesse sentido, propõe que, se a colonização do Brasil foi um processo desigual, então se observaria uma diversidade de unidades domésticas nas diferentes regiões onde se estabeleceram os colonizadores.

A autora defende que a família patriarcal desempenhou um papel muito importante, apenas “não existiu sozinha, nem comandou do alto da varanda da

²⁷ Com destaque para Eni de Mesquita Samara (1987) e Mariza Corrêa (1994).

²⁸ Gilberto Freyre *Casa grande & senzala* (1933), Oliveira Viana *Populações meridionais do Brasil* (1920), Antonio Candido *The Brazilian Family* (1951) e Sérgio Buarque de Holanda *Raízes do Brasil* (1936).

Casa Grande o processo total de formação da sociedade brasileira” (CORRÊA, 1994, p.27). O conceito de família patriarcal, na forma como foi largamente empregado abafa as diferenças existentes em uma sociedade tão diversificada como a brasileira.

A chamada ‘família patriarcal brasileira’ era o modo cotidiano de viver a organização familiar no Brasil colonial, compartilhado pela maioria da população, ou é o modelo ideal dominante, vencedor sobre várias formas alternativas que se propuseram concretamente no decorrer de nossa história? (CORRÊA, 1994, p.18).

Com efeito, a autora reforça a necessidade de dar conta da existência de uma tensão permanente entre os impositores de uma ordem pré-definida e aqueles que a resistem cotidianamente. Este discurso atingiu e se fez presente no imaginário das famílias, mas não se pode afirmar que o modelo foi totalizante. Na medida em que esta é construção idealizada,

Como não ocorrer uma ressemantização do ideal quando se trata de um contexto no qual a metade das pessoas manifestamente não o seguem? Ironicamente, a própria rigidez do modelo tornava-o de uso restrito, pois qualquer deslize jogava a mulher para o campo dos ‘sem moral’, num espaço onde se forjava, nas práticas do dia-a-dia, uma moralidade alternativa (FONSECA, 1997, p.531).

Eni de Mesquita Samara (1998) revela a existência de diferentes tipos de relações entre os sexos e a distância entre a norma e a prática social. Para Samara (1998) houve certo exagero por parte dos estudiosos e romancistas ao transmitirem o estereótipo do marido dominador e da mulher submissa na família. As variações nos padrões de comportamento de mulheres provenientes de diferentes níveis sociais indicam que muitas delas trouxeram situações de conflito para o casamento, provocadas por rebeldia e insatisfação. Com relação ao casamento, desde o período colonial observa-se uma resistência da população em se casar, preferindo viver em concubinato. Na sociedade brasileira do século XIX, os matrimônios se realizavam num círculo limitado e estavam sujeitos a certos padrões e normas que agrupavam os indivíduos socialmente em função da origem e da posição sócio-econômica ocupada. A relativização das normas sociais facilitava a ocorrência das uniões consensuais entre os brancos pobres, negros e mestiços. Conforme nos esclarece Soihet,

[...] o casamento era uma opção para uma parcela ínfima da população, circunscrita aos grupos de origem, representando a união de interesses entre a elite branca. O alto custo das despesas matrimoniais favorecia a concubinação entre as camadas mais baixas da população (1989, p.3).

No final do século XIX, o modelo de família nuclear instituído na Europa é introduzido no Brasil e encontra uma realidade completamente diferente daquela onde havia se consolidado. Em solo brasileiro se depara com uma sociedade sem uma classe burguesa formada, baseada no latifúndio exportador, marcada pelo regime escravo e com uma incipiente urbanização. Na mais clara alusão às *'idéias fora do lugar'*²⁹, a modernização na história brasileira gera um processo de assimilação, do 'moderno' pelo 'tradicional'. Ao ser incorporada no Brasil, a família nuclear burguesa, o modelo ideal que surge sintonizada ao espírito burguês da revolução e com as idéias de igualdade e democracia formal,

[...] é bom que se diga, continua patriarcal: a mulher 'reina' no lar dentro do privado da casa, delibera sobre as questões imediatas dos filhos, mas é o pai quem comanda em última instância. Ou seja, no padrão ideal, ele deve comandar (ALMEIDA, 1987, p. 61).

Assim, o novo assume feições do antigo e se transforma. Pelo menos enquanto um modelo, a família nuclear no Brasil manteve no começo do século XX, os traços do patriarcalismo. Isso contraria a tese de que a modernização traria a racionalização e individualização em suas formas puras.

Apreender a processualidade de um fenômeno, através de uma breve incursão na história se faz necessário para problematizarmos o conceito de família hoje, uma vez que "o presente não é só o contemporâneo" (CASTEL, 1998, p.23). Os estudos sobre família apontam uma diversidade de conceitos, variando de acordo com a dimensão enfatizada. Em meio a tantas possibilidades de análise Cristina Bruschini aponta que

A riqueza e a diversidade da literatura esboçada revelam-nos que os contornos do conceito de família ainda estão longe de ser bem definidos. Na realidade, não há, e nem deve haver uma única definição. Tudo vai depender do enfoque que é dado em cada pesquisa ou trabalho, e de que grupo pretende-se atingir (BRUSCHINI, 1993, p.74).

²⁹ Termo utilizado por Roberto Schwarz em *Ao vencedor as batatas* (1981) para designar a importação acrítica de idéias e esquemas teóricos.

Partindo dessas colocações, consideramos pertinente conceituar a família como uma instituição social atravessada por relações de poder. Concebido como objeto heterogêneo e contraditório abarca a dimensão do afeto, proteção, solidariedade, transformação e construção democrática. Por outro lado, é também espaço de reiteração da desigualdade, da violência e da opressão. Nesse sentido, somente pode ser compreendida como um espaço contraditório.

Não há completa harmonia e unidade interna na família. Esta é o seio de lutas pela individualização de seus membros, que entram em conflito com os esforços do grupo para manter a unidade coletiva. No entanto, é também no cotidiano da vida familiar que surgem novas idéias, novos elementos, através dos quais os membros do grupo questionam a ideologia dominante e criam condições para a lenta e gradativa transformação da sociedade. É, portanto, como espaço possível de mudanças que se deve observar a dinâmica familiar (BRUSCHINI, 1993, p.77).

Apesar de considerarmos a família como um grupo dinâmico e mutável, é preciso entender a família como uma instituição, na qual se desenvolvem relações de gênero e geração, com normas e expectativas de conduta. Nessa direção, Therborn³⁰ (2006) afirma que a família é uma instituição em termos de equilíbrio, no que tange aos direitos e obrigações. Em decorrência, alguns membros poderão possuir mais direitos e outros membros maiores obrigações. Nesta distribuição está presente uma alocação de recursos e de poder. Síntese de forças biológicas e sociais, a família está suspensa entre o sexo e poder.

A família é um espaço cercado nos campos de batalha pelo sexo e pelo poder, delimitando a livre competição através de fronteira entre membros e não membros; substituindo o comércio livre e o combate perpétuo por direitos e obrigações. Como tal, a família é uma instituição social, a mais antiga e a mais disseminada de todas. (THERBORN, 2006, p.11).

A família encontra-se inserida em relações de interdependência que são complexas e que simultaneamente proporcionam proteção, cuidados, riscos e violências. A dinâmica das famílias pesquisadas nesta dissertação apontam para esse caráter contraditório. Os relatos e observações em campo nos indicam um

³⁰ *Sexo e Poder* de Göran Therborn (2006) apresenta uma análise comparada de diversas mudanças ocorridas entre os anos 1900 e 2000 nos sistemas familiares mundiais.

quadro de violência doméstica, de trabalho infantil e ao mesmo tempo a família aparece como espaço de afeto e de re-criação de sociabilidades presentes na trajetória de vida das mulheres chefes de família.

Isso nos leva a constatar que o modelo nuclear não é resultado de uma ordem 'natural'. Modelos são construídos para naturalizar uma determinada organização social e para manter o universo discursivo daí advindo (CECCARELLI, 2006). Nessa direção, ao contrastarmos a teoria com a realidade, nos valem das recomendações de Bruschini, ao apontar que

A realidade, porém, distancia-se bastante deste modelo nuclear ou conjugal predominante em nossa sociedade. O grupo tanto pode extrapolar o modelo, pela inclusão de parentes ou agregados, quanto nem mesmo realizá-lo, como no caso de casal sem filhos, irmão sem pais ou famílias nas quais um só dos cônjuges está presente. Portanto, exceções ao modelo não apenas reforçam sua elasticidade, como também a riqueza da realidade empírica, que de longe o extrapola (BRUSCHINI, 1993, p.63)

Nesta diversidade de conceitos, um aspecto importante a se considerar é que ao falarmos de família, nos referimos à dimensão que pode ser empiricamente delimitável e ao modelo cultural. Nessa discussão, o território desponta como o espaço concreto e simbólico das redes de sociabilidade da família. Na perspectiva de Milton Santos, o território é essencialmente relacional.

[...] o território em si, para mim, não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que pensamos juntamente com aqueles que dele se utilizam (SANTOS apud KOGA, 2002).

Como ressalta Rachel Raichelis Degenszajn, a apropriação e o uso do território pelos sujeitos indicam relações dinâmicas envolvendo criações e re-criações do espaço e seus significados.

Assim sendo, o território representa muito mais do que o espaço geográfico. Os territórios são espaços de vida, de relações sociais, de trocas, de vínculos cotidianos, de disputas de poder, de contradições e conflitos, de revoltas e resistências, de continuidades e rupturas, de expectativas e sonhos, que expressam as práticas sociais e os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos que neles habitam (DEGENSZAJN, 2008, p.211).

Homens e mulheres estão situados a partir de sua pertença a grupos familiares que se relacionam em diversos espaços dentro de um território maior. Na tentativa de equacionar vulnerabilidades e potencialidades, a família está conectada a uma rede de laços que se estendem para além da área de abrangência do CRAS ou do bairro em que reside. No acesso a rede de serviços de saúde, as mulheres chefes enfrentam dificuldades, principalmente quando os filhos adoecem, sendo necessário o deslocamento até o município vizinho, para o atendimento no Hospital Infantil de Duque de Caxias, apesar da existência de serviços de saúde em São João de Meriti, mas que na opinião das mulheres não apresentam atendimento satisfatório.

É naquele infantil. Em frente um posto que tem, lá no infantil. É lá em Caxias. [...] eu pego condução. Mas também tem aqui em São João. Mas, eu vou mesmo é em Caxias. Mesmo sendo mais longe, porque o posto de lá é melhor porque o infantil de lá é melhor. Melhor atendimento entendeu, você não espera tanto, tiver com crise de bronquite eles bota logo na frente pra tomar medicamento (Cláudia, 35 anos, dois filhos).

Geralmente eu levo no infantil. Geralmente vou para Caxias, antes eu levava para o (...), mas agora não atende mais criança lá. Tem um hospital, mas não é muito bom. Lá tem tudo, em Caxias tem tudo, eu prefiro ir para Caxias. E tem acompanhamento. Eu marco ambulatório quando precisa, exames tudo faz lá (Ana, 28 anos, três filhos).

Nas políticas públicas, Dirce Koga (2002, 2003) defende a adoção da perspectiva territorial para a redução de desigualdades socioterritoriais sem perder as particularidades do local. Tratar da complexidade social significa não só identificar as regiões mais precarizadas, mas dar conta das diferenças internas existentes, pois a relação é dinâmica e diferenciada entre as condições de vida de cada lugar (KOGA, 2002).

[...] as condições de vida entre moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas, a presença ausência de serviços públicos se faz sentir e a qualidade destes mesmos serviços apresentam-se desiguais. Desta forma o direito a ter direito é expresso ou negado, abnegado ou reivindicado a partir de lugares concretos: o morar, o estudar, o trabalhar, o divertir-se, o viver saudavelmente, o transitar, o opinar, o participar (2003, p. 33).

Para os propósitos deste estudo, tomaremos a família como um grupo social concreto e também como uma realidade simbólica. Como fato concreto,

afirmamos a diversidade de arranjos e manifestações familiares nos diversos contextos históricos, circunscrita ao movimento dialético que vai definindo os fatos no interior da dinâmica social. Ao afirmamos a família como um fenômeno social, consideramos as representações, formulações e articulações presentes tanto nos comportamentos como nas mentalidades. Essas duas dimensões, as manifestações empíricas e suas representações, compõem dialeticamente o objeto de estudo desta dissertação.

Levando em consideração que as famílias pesquisadas neste trabalho estão sujeitas em seu cotidiano às dinâmicas estruturais, o próximo item deste capítulo discute as mudanças econômicas e sociais que afetam o país a partir das décadas de 1980 e 1990 e seus impactos sobre as estruturas familiares.

3.2.

Visitando alguns cenários: sobre as mudanças nas famílias brasileiras

A família não possui uma dinâmica intrínseca, ao contrário suas mudanças são exógenas e estão associadas a mudanças e movimentos estruturais. (THERBORN, 2006). Neste item contextualizamos a análise da família aos aspectos sociais, econômicos e políticos em curso no Brasil, principalmente a partir dos anos 1990, considerando que esta conjuntura reformula o cenário brasileiro sob a lógica do projeto neoliberal e impacta de maneira perversa os trabalhadores e suas famílias (ALENCAR, 2006).

Ora a pertinência em analisar o impacto das transformações econômicas e sociais nas condições de vida da classe trabalhadora através da família se deve à centralidade que esta ocupa no âmbito da sobrevivência material. De fato, as condições de vida dos indivíduos dependem, em grande parte, da inserção social de todos os membros da família, sendo nela que se articulam as mais diversas formas de alternativas para superar as situações de precariedade social, diante do desemprego ou inserção precária no mundo do trabalho (ALENCAR, 2006, p.61).

Nos anos 1990 acentuam-se no Brasil os processos de ajuste e reestruturação produtiva, os quais vêm sendo gestados desde os anos 1980, período em que se torna evidente o caráter estrutural da crise econômica do país e o esgotamento do modelo econômico desenvolvimentista de industrialização.

A recessão observada no início da década de 1980 ocorre após um período denominado de ‘milagre econômico’ caracterizado pela expansão econômica e concentração de renda. Após o ‘milagre’ seguiu-se uma profunda desaceleração da economia que foi agravada pelo aumento do preço do petróleo no mercado mundial. A crise provocou alta na inflação brasileira e a dívida externa alcançou cifras bilionárias culminando na fortíssima recessão econômica que perduraria até os anos 1990.

Entre 1973 e 1981, a dívida brasileira passou de 13,8 bilhões de dólares para 75,7 bilhões de dólares (Kucinski & Brandford, 1987: 121). Contudo para estes autores, a relação, mesmo no Brasil, entre dívida e petróleo é de realimentação. Tanto que, antes da crise, o Brasil já estava fortemente endividado e gastava mais com o serviço da dívida que com a importação do petróleo. Na verdade, a maior dívida da América Latina, a brasileira, cresce vertiginosamente a partir de uma articulação exemplar entre burguesia nacional, o Estado e o capital estrangeiro que fundou o ‘milagre brasileiro’ (BEHRING, 2003, p.135).

Assume relevância no Brasil no decorrer dos anos de 1980 e 1990, uma inflexão na garantia dos direitos sociais acarretando o distanciamento das políticas sociais do modelo de seguridade social expresso na Constituição Brasileira de 1988. A perspectiva adotada sinalizava a redução da intervenção estatal na política social, além da utilização de critérios de mercado na estruturação dos sistemas de proteção social.

As respostas para conter a inflação monetária apontavam para adoção de ajustes econômicos e reformas político-institucionais. De acordo com Laura Tavares Soares (2003) os ajustes ou políticas de corte neoliberal consagradas em 1990 no *Consenso de Washington* caracterizam-se por um conjunto de regras de condicionalidades, de políticas macroeconômicas de estabilização e reformas estruturais implementadas nos diversos países, com o objetivo de alcançar adesão política e econômica dos governos centrais e dos organismos internacionais. Nesse sentido, é importante considerar que o ajuste neoliberal não é apenas de natureza econômica, mas, sobretudo, se pauta numa redefinição do campo político institucional e das relações sociais.

O projeto neoliberal opera com parâmetros distintos dos que entraram em colapso no final da década de 1970 e inclui por definição transformações estruturais, tais como: a informalidade no trabalho, o desemprego e/ou sub-

emprego, a desproteção trabalhista, a responsabilização dos indivíduos pelos seus problemas sociais, além da mercantilização dos serviços sociais e a focalização das políticas sociais em situações de extrema pobreza.

Tais ajustes fiscais estão baseados numa modernização conservadora de caráter desigual (transformação produtiva sem equidade) provocando um completo desastre social especialmente na América Latina³¹. Sem sombra de dúvida, o impacto das políticas neoliberais manifesta a sua face mais cruel no mundo do trabalho. O processo de reestruturação produtiva descrito por Mota (2006) consiste na reorganização dos mercados visando à recomposição do ciclo da reprodução do capital.

As conseqüências desse processo são inúmeras, das quais se destacam: o aumento monumental do exército industrial de reserva - fruto da expulsão de segmentos que não mais serão absorvidos pelo capital -, articulação supranacional das unidades produtivas e desmobilização dos trabalhadores. Como reflexo do que ocorre na economia mundial, observa-se no país o declínio do emprego formal, o recrudescimento do desemprego e ou sub-emprego, além da criação de formas precárias de trabalho.

Nesse ponto, são interessantes as reflexões de Dedecca (1998) sobre o mercado de trabalho brasileiro na década de 90. O autor aponta que a estagnação econômica, ao não mais criar novas frentes de trabalho, começou a gerar uma subutilização da própria força de trabalho, que já estava inserida produtivamente. Nesta condição, trabalhadores e trabalhadoras são impulsionados a procurar outras ocupações, que possibilitem recuperar uma condição de trabalho parecida com a desfrutada anteriormente. Isto acarreta, como saldo do ajuste, não só o desemprego, mas a insegurança no emprego e precarização do trabalho como conseqüências mais nefastas deste processo.

Tal quadro agrava-se à medida que no Brasil, historicamente, os direitos sociais foram alcançados pelo sistema de estratificação ocupacional que Santos (1979) denominou de *cidadania regulada*. Assim, a expulsão de milhares de trabalhadores do mercado de trabalho desestabiliza a articulação trabalho, direitos e proteção social.

³¹ Para tratar do altíssimo preço pago por esses países, Soares (2003) utiliza o conceito de desajuste social em contraposição a noção de “ajuste” justamente para descortinar a contradição implícita no projeto neoliberal.

Nesse ponto, nos apropriamos das contribuições de Robert Castel (1998) quando examina a precarização e desfiliação acarretada pelo processo de reestruturação produtiva no cenário francês durante a década de 70. Para tanto, o autor examina o passado, desde as sociedades tutelares no século XIV até a constituição das sociedades salariais. Adotamos algumas das contribuições de Castel, embora com reservas, já que sua linha conceitual, incorpora categorias sociológicas durkheimianas e não toca na apropriação da riqueza e nas contradições do capitalismo.

Castel (1998) propõe que a precarização do trabalho e o desemprego destroem a inserção social dos trabalhadores e suas famílias. De um lado, a ausência do emprego desqualifica os trabalhadores e suas famílias no âmbito civil e político. Por outro, para aqueles que ainda possuem trabalho, o fantasma da demissão provoca insegurança em suas vidas. Desse modo, podemos afirmar que é sobre o trabalho (ou sobre a falta de trabalho) que se delimita as possibilidades da família. São processos de pauperização, precárias inserções no mercado de trabalho, dependência de benefícios assistenciais, trabalho infantil e outras tantas violações que traçam o desenho da maior parte das famílias brasileiras.

Os fatores examinados até aqui influem negativamente sobre a renda familiar contribuindo para o empobrecimento dos núcleos domésticos, de modo que

[...] as unidades domésticas urbanas teriam passado, antes de 1980, de um modelo chamado 'recursos da pobreza' (marcado pela diversidade de fontes de renda e diversidade de ocupações) para o modelo atual, chamado 'pobreza de recursos' (marcado pela exclusão do trabalho, precariedade, persistência e intensificação da pobreza (GOLDANI, 2002, p.40).

As reflexões de Montali (2006) apontam a tendência de queda do rendimento dos ocupados em geral, sendo que no interior da família, os provedores masculinos, filhos e filhas adultas sofreram maior impacto, na década de 1990. Para Montali, as cônjuges e chefes femininas passam a ter maior peso entre os ocupados da família, sendo esta força de trabalho cada vez mais requisitada pelo mercado de trabalho.

[...] sob a precarização das relações de trabalho e o desemprego, cresce a importância da participação das cônjuges e das chefes de família no mercado, ao mesmo tempo em que passam a ter papel de destaque para a composição dos

rendimentos familiares. Embora marcadas pelas ocupações precárias, quando comparadas ao conjunto dos componentes familiares, apenas as cônjuges e chefes femininas apresentaram taxas de participação e de ocupação com variação positiva entre 1990 e 2003 (MONTALI, 2006, p.1)

Ao avaliar o ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho algumas considerações são pertinentes. São inegáveis as transformações advindas do ingresso da força feminina no mundo do trabalho. Todavia, as mulheres pobres sempre trabalharam³² (afastando-se da idéia da mulher restrita ao espaço doméstico). A colocação que queremos levantar diz respeito ao fato de que neste período, as mulheres das classes médias ingressam em setores mais dinâmicos, pois possuem mais escolaridade. As mulheres pobres encontraram na informalidade e no setor de serviços a maior oferta de vagas e assim permanecem em atividades mais rotativas, cujos empregadores são em sua maioria, pequenas e médias empresas com reduzidas possibilidades de garantias trabalhistas.

O incremento da força de trabalho feminina também está associado à queda nos níveis de fecundidade da população brasileira. De acordo com Sorj et al. (2007) esta tendência de queda de fecundidade é observada desde o final da década de 60. Embora estivesse limitada aos grupos sociais mais privilegiados, lentamente este processo é estendido a todas as classes sociais, embora persistam grandes diferenças regionais e socioeconômicas na disseminação de métodos anticoncepcionais e práticas de planejamento familiar. No caso brasileiro, o declínio da taxa de fecundidade ocorreu sem nenhuma política pública séria. A redução do número de filhos por mulher, ainda acontece como preconiza o ideário neoliberal, pela via do mercado, com conseqüências dolorosas e perigosas para milhares de mulheres que buscam a esterilização e o aborto clandestino.

Para as autoras, vários fatores podem explicar a brusca redução da fecundidade, dentre os quais, destacam-se a difusão dos métodos contraceptivos e as mudanças no ‘papel’ social da mulher fruto das lutas sociais pela igualdade de gênero³³. Estas transformações sociais acarretaram mudanças comportamentais nas questões relativas a maternidade e na identidade social da mulher. Além disso,

³² Dentre os diversos estudos remetemos a leitura de Pena (1981), Rago (1985) e Soihet (1989).

³³ Para Eric Hobsbawm, a maior revolução social ocorrida no ‘curto’ século XX foi a das mulheres. As expectativas convencionais sobre os ‘papéis’ desempenhados pelas mulheres se reformularam, o que leva o autor afirmar que “a melhor abordagem dessa revolução cultural é, portanto, através da família e da casa, isto é, através da estrutura de relações entre sexos e gerações” (HOBSBAWM, 1995, p. 314).

a incorporação maciça da mão-de-obra feminina e o empobrecimento generalizado observado nos anos 1990 reforçaram o declínio no número de filhos.

Sorj et al. (2007) utilizando os dados (de 1981 a 2005) da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD – do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE afirmam que além da redução no tamanho da família brasileira, a composição das famílias foi alterada nestas duas últimas décadas. Cresceu o número de famílias monoparentais femininas, embora a família nuclear (casal e filhos) ainda seja o arranjo principal no contexto brasileiro, conforme a tabela seguinte.

Tabela 3 – Evolução das famílias Brasileiras (1981-2005)

	1981	1990	2001	2005	Var. (90-81)	Var. (01-90)	Var. (05-01)
Total	27.690.498	38.002.450	50.410.713	57.396.967	37%	33%	14%
	100%	100%	100%	100%			
Unipessoal	1.640.088	2.648.810	4.620.602	6.135.348	62%	74%	33%
	6%	7%	9%	11%			
Duas ou mais pessoas sem parentesco	56.936	60.591	50.965	56.327	6%	-16%	11%
	0%	0%	0%	0%			
Casal sem filho	3.323.938	4.822.173	6.962.106	8.735.715	45%	44%	25%
	12%	13%	14%	15%			
Casal sem filho e com parente	469.781	599.213	865.652	1.016.255	28%	44%	17%
	2%	2%	2%	2%			
Casal com filho	17.996.023	23.153.646	26.877.887	28.727.513	29%	16%	7%
	65%	61%	53%	50%			
Casal com filho e com parente	2.095.897	2.411.749	2.538.366	2.464.557	15%	5%	-3%
	8%	6%	5%	4%			
Mulher chefe sem cônjuge com filho	3.228.417	5.293.622	8.977.637	10.442.258	64%	70%	16%
	12%	14%	18%	18%			
Mulher chefe sem cônjuge com filho e com parente	577.824	892.115	1.506.001	1.765.664	54%	69%	17%
	2%	2%	3%	3%			
Homem chefe sem cônjuge com filho	509.474	728.250	1.040.111	1.255.940	43%	43%	21%
	2%	2%	2%	2%			
Homem chefe sem cônjuge com filho e com parente	94.515	131.228	151.769	191.614	39%	16%	26%
	0%	0%	0%	0%			

Fonte: Sorj, Fontes e Machado (2007).

Mesmo que a maior parte das famílias³⁴ ainda seja composta por casal com filhos (50%), evidencia-se uma diminuição no número de famílias com essa estrutura (em 1981, o percentual de famílias desse tipo era de 65%). Em contrapartida, cresceu o número de famílias compostas por chefes mulheres e filhos sem a presença do cônjuge (as famílias monoparentais femininas). Esse tipo de família é o segundo mais comum e passou de 12% nos anos 80 para 18% em 2006, explicam Sorj et al. (2007) na tabela anterior.

É importante ressaltar que a proporção de casais com filhos e com parentes também registrou queda. Para as autoras, anteriormente citadas, esta mudança pode indicar que os cuidados domésticos que se assentam no apoio dos parentes podem estar hoje menos disponíveis. Com relação aos parentes, vale destacar que este recurso é mais importante para as chefes de famílias monoparentais se considerarmos o insuficiente número de creches públicas e serviços de proteção social no país. Outras transformações também podem ser observadas tais como: o aumento de pessoas que moram sozinhas, que passou de 6% em 1981, para 11% em 2005, e o crescimento do percentual de casais sem filhos (de 12% para 15% no mesmo período).

Na utilização de dados estatísticos é importante considerar os intervalos temporais. Vale ressaltar que os índices citados anteriormente se referem a períodos curtos e não permitem a visualização de processos históricos de longa duração. A chefia feminina na família constitui uma regularidade histórica, observada no território brasileiro desde o período colonial (Dias, 1984; Samara, 2002b) e não uma “novidade” do tempo presente.

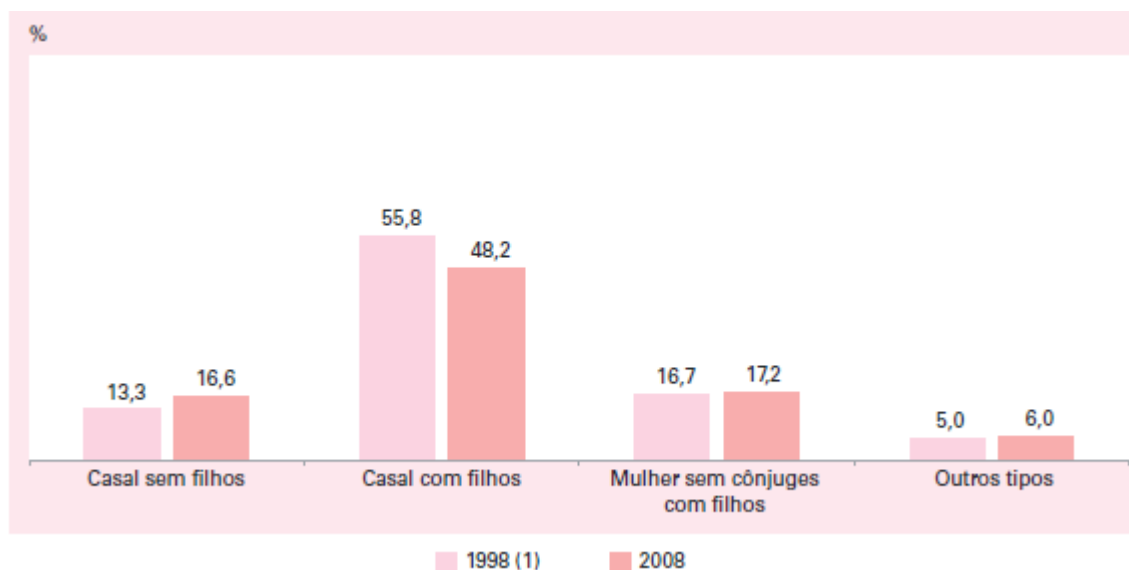
Mais recentemente, os resultados da Síntese de Indicadores Sociais 2009 confirmam a tendência que vem sendo verificada nos últimos anos - a consanguinidade é o eixo principal de união das pessoas que vivem juntas, 88,1% dos arranjos são de pessoas com parentesco. Deste total, 48,2% são do tipo casal

³⁴ Tendo como base o domicílio, o IBGE considera como família o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residem na mesma unidade domiciliar e também a pessoa que mora só em uma unidade domiciliar. A referência, portanto, é o domicílio.

A unidade domiciliar é por sua vez o domicílio particular ou uma unidade de habitação (quarto, apartamento, etc.) em domicílio coletivo. Como coletivos foram classificados os domicílios destinados à habitação de pessoas em cujo relacionamento prevalecesse o cumprimento de normas administrativas. Como exemplo, citamos os estabelecimentos destinados a prestar serviços de hospedagem (hotéis, pensões e similares), instituições que possuem locais de residência para pessoas institucionalizadas (orfanatos, casas de detenção, quartéis, hospitais, etc.) e também alojamento de trabalhadores em canteiros de obras (IBGE, 2006).

com filhos, cujo peso vem se reduzindo. Em 1998, esta formação atingia 55,8%. As famílias monoparentais femininas se mantêm como o segundo arranjo mais comum, conforme aponta o gráfico na página seguinte.

Gráfico 1 - Distribuição percentual dos arranjos familiares com parentesco residentes em domicílios particulares, segundo o tipo - Brasil - 1998/2008.



Fonte: Síntese de indicadores Sociais - IBGE (2009)

As mudanças no mercado de trabalho aliadas ao reordenamento das políticas sociais colaboram para a sobrecarga das famílias e especialmente das mulheres. Estas além de não terem os equipamentos essenciais para redução das tarefas domésticas (creches, colégios integrais, lavanderias públicas, hospitais e postos de saúde de qualidade) ainda se deparam com a precarização do trabalho.

No início dos anos 1990, o ajuste neoliberal (SOARES, 2003) significou o desmonte dos frágeis mecanismos existentes de proteção social sem a substituição por um novo padrão de proteção social. A política social foi compreendida através de uma visão seletiva, liberal e focal. Observa-se a introdução da privatização de bens e serviços públicos no lugar de algumas instituições que ofereciam soluções precárias para alguns dos encargos da proteção social. Embora consideremos que neste período, a extinção de antigas estruturas (como a Legião Brasileira de Assistência - LBA) e a aprovação da LOAS em 1993 provocaram avanços

institucionais, verifica-se que as restrições econômicas colocam em risco tais avanços. A assistência social assume como foco de sua ação os programas emergenciais e seletivos de transferência de renda no combate da pobreza. Ressalta-se também que o reordenamento das políticas sociais encontra no apelo à sociedade civil um dos seus principais fundamentos, como atesta o Comunidade Solidária, criado após a extinção da LBA. Em decorrência, as questões estruturais de política pública são revestidas de soluções solidárias. Tal investimento colabora para deslocar as ações da assistência social das outras políticas sociais (MACÊDO & BRITO, 2004).

Diante desta discussão, é mister considerar que as mudanças não afetam todas as famílias do mesmo modo e que o ônus da reestruturação foi diferenciado entre os membros da família, como destaca Goldani

As evidências sugerem que às mulheres coube parte substancial do elevado custo social deste processo e que as famílias em etapas de formação e expansão, com pouca capacidade de mão-de-obra, bem como as famílias com chefes mulheres com filhos pequenos foram as mais afetadas. Ao mesmo tempo, confirmou-se a importância de grupos que ultrapassam os limites do domicílio (redes sociais de parentes, amigos, vizinhos) como parte fundamental das estratégias para enfrentar as dificuldades e escassez de recursos materiais entre as famílias pobres (2002, p.34).

Destituídas do trabalho, famílias inteiras encontram-se distantes dos direitos assegurados pela inserção ocupacional e mais próximas da pobreza. É justamente esta vivência instável que permite compreender as relações entre trabalho e pobreza (TELLES, 2001).

Após explicitarmos as mudanças econômicas e sociais nos anos 1990 e as conseqüências na vida e estrutura das famílias brasileiras, o próximo item apresenta um breve resgate da produção teórica sobre a família nas classes populares.

3.3.

Famílias em camadas populares: uma breve revisão bibliográfica

Ao considerarmos que todo trabalho acadêmico guarda uma tradição de estudos anteriores, a proposta desenvolvida neste item tem como objetivo problematizar as famílias pesquisadas em São João de Meriti à luz da literatura especializada. Buscamos compreender fatos a partir do lugar da experiência dos

sujeitos, com base nas suas narrativas. Assim, nos afastamos das tentativas de enquadramento dos dados empíricos. Se assim, procedêssemos, a teoria nos teria sido uma ‘camisa de força’.

Diante desta empreitada, aceitamos a indicação de Thompson, pois o que nos resta fazer é interrogar

[...] os silêncios reais, através do diálogo do conhecimento. E, à medida que esses silêncios são penetrados, não cosemos apenas um conceito novo ao pano velho, mas vemos ser necessário reordenar todo o conjunto de conceitos (THOMPSON, 1981, p. 185).

Neste tópico apresentamos um breve balanço bibliográfico sobre o tema ‘famílias nas classes populares’ tendo como referência as categorias analíticas Trabalho e Família. Não é nosso objetivo realizar uma revisão bibliográfica exaustiva da vasta produção sobre famílias populares urbanas. Propomos apenas a leitura de alguns trabalhos representativos.

Utilizamos o termo ‘classes populares’ com base nos argumentos de Sader & Paoli (1986) em um interessante artigo, no qual os autores expõem os esquemas de representação dos trabalhadores e discutem a noção de classes populares problematizando o seu uso.

Os autores apontam que desde a Primeira República até a década de 1970 as representações sobre “os trabalhadores, os pobres, os dominados desta sociedade” ressaltavam a heterogeneidade das classes trabalhadoras como um entrave para sua organização política.

A mudança de enfoque se deu na academia após o golpe militar em 1964 e as tentativas de contraposição ao regime ditatorial. Nesta conjuntura, observa-se um movimento importante na produção acadêmica das ciências sociais que passa a buscar uma nova maneira de pensar a dinâmica das classes na sociedade brasileira, evitando a todo custo tomar o Estado como ponto de partida da análise.

Com a ascensão dos movimentos populares, no final da década de 1970 e início dos anos 1980 surgem trabalhos que exploram o universo dos trabalhadores. Este deslocamento na Sociologia, durante os anos 1980, construiu uma imagem de classe múltipla e diferenciada que se articula através da noção de enfrentamento coletivo.

Os trabalhadores não são mais personificações desta estrutura, nem apenas objetos da exploração do capital, nem apenas produtos das instituições políticas, e nem mais pura realidade empírica que o cientista social trataria de classificar, catalogar, registrar. São sujeitos que elaboram e produzem representações próprias, de si mesmos: como trabalhadores ou favelados ou mulheres ou operários ou tudo isso, dependendo do movimento de vida coletiva na qual constroem sua experiência. (SADER & PAOLI, 1986, p.62).

Dentre as produções do período, Burnier (2004) destaca Lúcio Kovarick com *Trabalho e Vadiagem* e José Ricardo Ramalho com *Estado Patrão e Luta Operária*. Especialmente na Antropologia, inauguraram-se os estudos sobre as famílias operárias, dos quais destacamos: *A caminho da Cidade* de Eunice Durham; *Família Operária e Reprodução da força de Trabalho* de Ana Maria Quiroga Fausto Neto, *A Família Trabalhadora* de Klaas Woortman e *Famílias de Trabalhadores: estratégias de sobrevivência* de Elizabeth Dória Bilac³⁵. Estas análises colidem com as leituras economicistas sobre reprodução social.

A partir de então, as práticas dos trabalhadores passam a ser consideradas não mais com base em modelos classistas pré determinados, mas, sim, como movimentos sociais. Desse modo, adota-se o uso do termo mais impreciso ‘classes populares’, em vez do predeterminado ‘proletariado’.

É que boa parte dos movimentos sociais, o que seria sua composição de classe (referida a uma posição dada na estrutura produtiva) não aparece homogênea ou nítida. A noção de classes populares está aí portanto indicando um problema não resolvido. Mas indica mais do que isso: que o esforço de rigor do analista desloca-se do campo da delimitação das fronteiras entre classes, frações, categorias sociais, para o campo da compreensão específica da prática dos atores sociais em movimento (SADER & PAOLI, 1986, p.59).

Recusando a análise restrita aos espaços institucionais, os pesquisadores deslocam a ênfase das fábricas para a família. Nessa perspectiva, o cotidiano passa a ser visto como espaço de luta, de dominação e de resistência. As práticas sociais que outrora eram abafadas pela lógica institucional passam a adquirir novos significados.

Em um primeiro momento, os trabalhos apresentam como fio condutor, a ‘ótica de reprodução da força de trabalho’ (BILAC, 1991), ou seja, a família no contexto capitalista de produção.

³⁵ Alguns destes títulos serão retomados ainda neste capítulo.

Em sua análise da família, (que não esgota todo o seu campo de abrangência) esta “ótica” parte de alguns princípios básicos: dado que o processo de reprodução do capital é também o processo de reprodução da força de trabalho; dado que a matéria prima desta força de trabalho, no limite, é energia humana, capacidade de trabalhar e, portanto, inseparável da figura física do trabalhador, torna-se importante entender de que modo e onde este trabalhador é produzido (BILAC, 1991, p.78)

Estes estudos operaram com dois conceitos fundamentais: estratégias de sobrevivência e ciclo de vida familiar. Ao realizarmos a síntese desses trabalhos, corremos o risco de apagar diferenças importantes. Mesmo tomando o cuidado de não generalizar os trabalhos, julgamos pertinente aludir alguns estudos como por exemplo, *Família Operária e Reprodução da Força de Trabalho*, de Ana Maria Quiroga Fausto Neto (1982).

O livro foi elaborado com base na pesquisa de campo realizada em 1977, junto a um bairro operário próximo à cidade industrial de Contagem em Minas Gerais. A autora se preocupou em analisar a família enquanto unidade social na qual incidem duas lógicas principais. Uma resultante de sua organização como unidade de parentesco e outra resultante da inserção específica de seus membros num sistema produtivo e de classes. Assim, Fausto Neto, desvenda os elementos que compõem estas lógicas e os mecanismos de sua articulação.

A família comporta um valor importantíssimo para a classe trabalhadora, na medida em que articula todo um conjunto de estratégias com o objetivo de enfrentar situações de sobrevivência. A família é uma entidade que desenvolve uma série de atividades, as quais tem como objetivo garantir a subsistência do trabalhador visando repor a força de trabalho e também a reprodução ideológica, tanto dos atuais como dos futuros trabalhadores. Nesse sentido, a família constituiu um núcleo de vivências sociais, uma rede de reciprocidade que estabelece trocas e direitos entre seus membros. Em síntese, a família é entendida pela autora como uma unidade social que se realiza dentro de

[...] uma situação de classe onde, do ponto de vista de seus membros, a organização e ação da família está voltada para a busca das condições de sobrevivência. De um ponto de vista mais amplo, sua ação está voltada para a reprodução da força de trabalho em seus aspectos materiais e ideológicos (FAUSTO NETO, 1982, p.10).

Na formação desta rede de reciprocidade, destaca a autora, que a família imprime um caráter de naturalidade a certas práticas de super exploração de trabalho, pois as entende como deveres de pais, esposas e filhos mais velhos.

Além de atuar na reprodução ideológica, a família também se caracteriza como “unidade de parentesco e de formação de renda” articulando diferentes formas de trabalho. Estes arranjos permitem a estruturação de um orçamento doméstico, a partir das contribuições de seus membros por intermédio de três tipos diferentes de trabalho específicos: o trabalho doméstico, o trabalho assalariado e trabalho informal (na forma de biscates).

A autora procede a uma exaustiva definição de cada um dos três tipos de trabalho apontados anteriormente. Essa definição se justifica, pois empiricamente as linhas divisórias entre um e outro tipo não se mostram de maneira clara e nítida. De acordo com Fausto Neto,

[...] na realidade, os critérios de organização e estruturação das atividades produtivas para os grupos familiares são sua conveniência ou “rentabilidade” em relação às necessidades e condições de sobrevivência, e não os limites teórico-conceituais (FAUSTO NETO, 1982, p.88).

As questões levantadas pela autora nos permitem compreender que o salário não é em última instância o elemento que define o padrão de consumo da família (ainda que ele seja fundamental), mas sim a renda familiar, ou seja, o conjunto de rendimentos possíveis de serem reunidos pela família a partir das diferentes atividades ocupacionais.

Além desse aspecto, Fausto Neto demonstra como a família cria e utiliza o maior número de estratégias para baratear o custo da reprodução da força de trabalho através de recursos não mercantis e não institucionalizados. Aponta, por exemplo, a utilização compartilhada de determinados utensílios domésticos como a panela de pressão, ou no caso das ligações elétricas realizadas a partir de um único relógio de energia. O mesmo foi por nós observado, em São João de Meriti. Nas “avenidas de casas”, o consumo de luz é dividido por todos os moradores.

E você tem outra conta, tipo água, luz? Pago o aluguel de 80 reais, água não pago porque é água de poço. Eu pago a luz, porque a dona da casa pede R\$ 15,00 (...) ela pede quinze reais para ajudar. É uma avenida de casas. Tem 4 casas no mesmo terreno aí é dividido. (Ana, 28 anos, dois filhos).

Nesse período de observação empírica em São João, também ouvíamos com frequência “*No morro ninguém paga água, nem luz*” ou “*a luz tinha gato*”. O “*gato*” é o nome popular para se referir às ligações clandestinas de energia.

No caso das famílias operárias, Fausto Neto ainda destaca o processo de edificação das moradias, realizado com a ajuda de parentes ou mutirão de amigos. O sonho da casa própria constitui uma das metas da família operária, na medida em que o aluguel consome grande parte dos rendimentos.

Concorda-se com Fausto Neto quando aponta que a família apresenta um recorte específico, ou seja, um recorte de classe. A inserção numa situação de classe faz com que seus princípios gerais de organização, de autoridade e rede de relações se integrem ao objetivo maior da classe que nesse caso é especificamente a luta pela sobrevivência.

Ainda sob o repertório da família no interior de uma situação de classe, Klaas Woortmann (1984), no artigo *A Família Trabalhadora*, aprofunda a articulação que se estabelece entre o setor ‘formal’ e o ‘informal’³⁶ pelo grupo doméstico visando à reprodução da família³⁷.

A família trabalhadora como um *workteam* surge como resposta desenvolvida pela classe trabalhadora para movimentar-se no espaço social condicionado pelo capital, ao mesmo tempo que cria espaços. [...] A família existe no interior de uma situação de classe que sobredetermina o conteúdo específico dos princípios gerais de parentesco e dos papéis familiares, notadamente os de *pai de família* e de *dona-de-casa*, assim como a especificidade da articulação entre produção de valores-de-uso e de valores-de-troca através desses papéis (WOORTMANN, 1984, p.72).

A lógica capitalista ao incidir sobre os ‘papéis’ familiares impulsiona este grupo para a elaboração de estratégias visando minimizar a exploração. A família trabalhadora encerra um grupo doméstico (unidade de consumo) com uma organização voltada para otimização de seus recursos de força de trabalho.

³⁶ O autor se contrapõe a razão dualista que define o setor informal por oposição ao setor formal supostamente capitalista. Critica também a expressão “mercados de trabalho não formalizados”, reforçando que este sistema não formalizado possui códigos próprios relativos a uma lógica interna.

³⁷ Aqui cabe uma distinção entre família e grupo doméstico. Embora o referido artigo, não aprofunde estes conceitos, Woortmann e Woortmann (2002) esclarecem a família como uma idéia-valor e o grupo doméstico como um agregado de pessoas cuja composição geralmente varia ao longo de um ciclo evolutivo e que em distintos momentos, pode retornar a formas presentes em momentos anteriores. Neste raciocínio, a família, como modelo ideológico, torna-se permanente enquanto o grupo doméstico varia no tempo.

Para Woortmann, toda produção doméstica e também o trabalho por conta própria, ao não se basearem em uma relação assalariada, assentam-se em uma auto-exploração e na superexploração do trabalho familiar. Sobre este aspecto, o autor aponta o caráter de crescimento evolutivo do trabalho informal. Cita como exemplo, bares e armazéns, estabelecimentos ‘formais’ que exploram o trabalho assalariado começaram em fundo de quintal com base na divisão de um trabalho familiar.

O núcleo central da argumentação de Woortmann incide sobre a insuficiência do salário. Esta lacuna introduz contradições no sistema familiar, pois ‘idealmente’ cabe ao *pai de família* sustentar os membros da família através de seu salário, enquanto à *dona-de-casa* caberia a administração do consumo doméstico tão importante para a reprodução da família³⁸.

Os dados coletados no campo indicam a tendência de que o não cumprimento do ‘papéis’ de provedor representa a desmoralização masculina e acarreta insatisfação por parte das mulheres, principalmente se o companheiro “*não se coça*” ou “*faz corpo mole*” diante de algum trabalho. Nos discursos das chefes de família, a situação se torna insustentável nos casos em que o companheiro possui algum vício, acarretando muitas vezes o rompimento das relações.

Para Woortmann, os baixos salários e a instabilidade do mercado de trabalho põem em risco tanto o grupo doméstico, enquanto unidade econômica, como a reprodução da família, enquanto categoria ideológica. A estratégia, então, consiste na articulação entre o emprego (trabalho assalariado), o ‘serviço’ (trabalho autônomo) e os afazeres domésticos. Para o autor, a oposição entre os ‘papéis’ de *pai de família* e de *dona-de-casa* não se resume apenas a uma questão de ideologia.

É também resultado da contradição entre o preço da força de trabalho - o salário - e o custo de reprodução da família. Se o salário correspondesse a esse custo, através dele poderia se realizar o *pai de família*, e o trabalho da esposa-mãe, seja o remunerado, seja o doméstico, adquiriria outro significado social simbólico. Na classe trabalhadora, contudo, os papéis no grupo doméstico são econômicos –

³⁸ Chamamos a atenção do leitor para a noção de complementaridade e de papéis sociais de homens e mulheres. Consideramos que a idéia de complementaridade pode muitas vezes abafar as tensões e conflitos existentes nas relações sociais em nome de um ‘equilíbrio’. Perrot & Farge (2001) advertem para esta complementaridade na divisão sexual das tarefas que não exclui a hierarquização dos papéis exercidos por homens e mulheres.

inclusive o trabalho não pago da *dona-de-casa* enquanto tal, ainda que expressos por uma linguagem de parentesco e por um código de gênero, isto é, por uma dimensão ideológica (WOORTMANN, 1984, p.73).

Nessa linha de raciocínio, argumenta Woortmann, ser *pai de família* significa prover a família, com casa e comida sem que a *dona-de-casa* tenha que trabalhar, ou de modo que sua contribuição apareça como uma ajuda. Para tanto, o pai combinará ao trabalho assalariado, um serviço e desse modo, será também um *chefe de família*. Nas situações de necessidade, a *dona-de-casa* trabalhará, mas sem deixar de administrar o domínio doméstico. Ela se torna, a organizadora das atividades geradoras de renda, seja produzindo diretamente ou mobilizando os membros do grupo doméstico para a produção. Na condição de mãe, não é liberada da produção dos valores de uso necessários à reprodução da família. Assim, é pelo setor informal que se realiza a reprodução ideológica da família e a satisfação de suas necessidades materiais

[...] o chamado setor ‘informal’ estabelece uma mediação entre a lógica do capital e a lógica da família. Não só contribui para reproduzir o capital e a força de trabalho, mas também para reproduzir a família. **É por sua via que a família do trabalhador se torna família trabalhadora sem deixar de ser família, enquanto construção ideológica** (WOORTMANN, 1984, p.77 - grifo nosso).

Para Woortmann, as atividades informais exercidas pelo grupo doméstico seguem princípios distintos. A *dona-de-casa* geralmente combina os afazeres domésticos com a produção de mercadorias e execução de serviços “para fora”, mas dentro de casa. Mesmo que atividade não seja realizada neste espaço, todo trabalho feminino constitui em uma transferência de dotes domésticos para a esfera da produção. O marido combina o ‘emprego’ com o ‘serviço’, utilizando as mesmas habilidades e instrumentos de trabalho em ambas as atividades. O trabalho das crianças, também realizado no ‘informal’ permite a articulação entre os afazeres domésticos e o estudo. Para o autor, é sobre este aspecto que a família realiza a moralidade do trabalho. Se o trabalho das crianças pode prejudicar o tempo para o estudo, através das atividades informais (com maiores possibilidades de articulação do tempo) o trabalho passa a ser entendido como responsabilidade e, portanto como educação.

Continuando em sua argumentação, Woortmann afirma que no desenvolvimento do ciclo doméstico, processa-se uma contínua e variável

combinação entre trabalho assalariado, trabalho informal e atividades domésticas, mas sempre haverá algum membro do grupo doméstico com emprego formal. Isso porque o salário proporciona o status para as compras a prazo e também permite, no caso de uma demissão planejada, investir os recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS. Mesmo que insuficiente, o trabalho assalariado será importante na articulação estratégica com a produção ‘informal’. Assim, se planeja o ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, como também a sua composição, na medida em que se alternam os membros nas atividades produtivas, no caso dos filhos que mesmo fora do grupo doméstico enviam dinheiro para casa.

Em tempos de capital fetiche (IAMAMOTO, 2008), a realização dessa combinação de recursos com o emprego formal tem se tornado cada vez mais difícil. Possuir emprego com carteira assinada, para a maioria dos homens e mulheres dos setores populares é, sem exagero, algo cada vez mais raro. No grupo das mulheres por nós pesquisadas, nenhuma possuía emprego formal. Algumas nunca tiveram sua carteira de trabalho assinada. Quando Woortmann aponta o salário como mediação para compras parceladas, identificamos nos discursos das chefes de família que o recurso do Programa Bolsa Família também permite a aquisição de algum produto a prazo ou crédito para compras na condição de fiado. Neste ponto, gostaríamos de chamar a atenção do leitor para um aspecto que emerge no cotidiano das chefes: o caráter contraditório da assistência social que se expressa na tensão com o trabalho.

Quando perguntamos a uma das chefes de família sobre seus sonhos, a mesma afirmou com um sorriso nos lábios que um dos seus “sonhos” é trabalhar de carteira assinada.

Trabalhar de carteira assinada, não trabalhar pra temporada... Porque eu trabalhava com negócio direito, que eu ganhe um salário que possa me ajudar. Eu ganhando um salário, aí muda tudo na minha vida, tudo! Muda tudo, não passo os apertos que eu passo de vez em quando (Flávia, 27 anos, 3 filhos).

Durante a entrevista, Flávia relatou as coisas que faria, dando ênfase a mudança que o salário poderia trazer. Entretanto, ao pensar que com a inserção no mercado formal de trabalho “correria o risco” de perder o benefício, a mesma mulher afirma:

Corro risco de perder. Corro risco não, eu perco, com certeza! Uma menina... uma colega da minha amiga começou a trabalhar com carteira assinada, cortaram a “Bolsa Família”. **E o que você pensa disso?** Eu acho errado, se é da família não tem que cortar a ajuda. É das crianças, não é nosso, é pras crianças. Eu acho errado, se trabalhar ter que cortar. Se a pessoa for demitida, sei lá, vai perder o dinheiro? (Flávia, 27 anos, 3 filhos).

O discurso acima necessita ser reconstruído a partir de fundamentos teóricos que apontem a contradição presente entre o trabalho e a assistência social. Boschetti (2003) chama atenção para o fato de que historicamente a assistência social encontra-se em conflito com as formas de organização social do trabalho no capitalismo.

Para a autora, a política de assistência social no Brasil desenvolve-se em um processo marcado por inovações e conservadorismos. Seu reconhecimento legal como direito (BRASIL, 1988), expressa uma de suas contraditórias inovações, pois, mantém a incompatibilidade entre assistência e trabalho. Ou melhor, entre assistência e aqueles que são definidos como capazes ou incapazes para o trabalho.

A Constituição Federal no artigo 203 define que o direito da assistência social se destina *‘a quem dela necessitar’* ou seja, não se trata de um direito para todos, somente para os que possuem determinadas carências. A proteção, o amparo, a habilitação e a garantia de uma renda destina-se aqueles que se encontram nas situações de maternidade, infância, adolescência velhice ou deficiência – circunstâncias nas quais a capacidade para o trabalho torna-se limitada. Em uma sociedade baseada no primado do trabalho³⁹, para os que não se encontram nas situações anteriores, o objetivo da assistência é a integração ao mercado de trabalho⁴⁰.

³⁹ De acordo com o artigo 193, da Constituição Federal de 1988: A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

⁴⁰ Conforme a Constituição Federal de 1988, Seção IV da assistência social, artigo. 203, lemos que: “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei”.

Nesse raciocínio, os pobres em condição de trabalhar, os capazes para o trabalho são excluídos de grande parte das ações assistenciais. Se o direito da assistência é limitado e seletivo, o trabalho que também é reconhecido como direito social pela carta magna não é assegurado ou garantido para todos, tendo em vista a conjuntura de elevado desemprego e relações precarizadas de trabalho.

Desse modo, estabelece-se uma situação contraditória entre assistência social e previdência social. Esta última limita-se aos trabalhadores contribuintes: os que contam com um trabalho protegido podem gozar das proteções mediante contribuição prévia. As populações destituídas do trabalho, se atenderem aos critérios de inserção, encontram nos programas de assistência social, a exemplo do Bolsa-Família, alguns poucos recursos para assegurarem sua reprodução. Assistência e trabalho passam a ser dois direitos incompatíveis. Eleva-se a assistência social ao tripé da seguridade social, porém com práticas conservadoras, seletivas e restritivas o que contribui para limitar sua abrangência e consolidação como política social (BOSCHETTI, 2003).

Partindo das contribuições de Woortmann, consideramos que as famílias pesquisadas em São João de Meriti respondem às contradições presentes em seu cotidiano através de estratégias informais, suprimindo desse modo uma rede de proteção fragilizada.

A partir da segunda metade da década de 70, *as pesquisas sobre a condição feminina* incidem nos trabalhos sobre família. Recolocada pelo Feminismo, a família passou a ser vista como elemento principal para entender as relações de opressão entre os sexos na sociedade capitalista. Estas contribuições tornaram visível a contribuição produtiva das mulheres, mas o aprofundamento das questões centrais sobre o trabalho feminino só foi efetuado nos anos 1980, a partir da problematização da divisão sexual do trabalho e da categoria gênero. Entretanto, ressaltam-se nestes estudos, a importância do trabalho das mulheres na organização das famílias trabalhadoras e nas suas estratégias de sobrevivência.

Elisabete Dória Bilac em *Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência* (1978), estuda dois grupos sociais, os trabalhadores manuais e trabalhadores não-manuais a partir de um trabalho empírico realizado na cidade de Rio Claro, interior de São Paulo, durante os anos 1967 e 1968. Bilac procura as

vinculações existentes entre o modo de inserção no mercado de trabalho e a organização da vida familiar.

Na categoria ‘trabalhadores manuais’, encontra-se a mão de obra com pouca qualificação e os trabalhadores ocupados em atividades artesanais com qualificações que não dependem da escola formal. Por outro lado, ‘os trabalhadores não manuais’, configuram uma força de trabalho inserida em atividades ligadas ao comércio ou a prestação de serviços (financeiro, administrativo e educacional). As oportunidades de emprego desta mão de obra dependem em grande parte do nível de escolarização.

Para Bilac, em ambos os grupos, a família mantém como proposição essencial a interdependência entre trabalho doméstico e o trabalho em situação de mercado.

A família do trabalhador manual, observa Bilac, se mantém pela superposição de duas fases fundamentais no ciclo de desenvolvimento familiar: a expansão e a dispersão. Na primeira situação, a redução de seu tamanho é estratégica para a sobrevivência com os pequenos rendimentos de seus membros, especialmente os filhos e filhas que são deslocados para o trabalho desde cedo, dificultando assim as possibilidades de maior escolarização.

De acordo com Bilac, a utilização preferencial do trabalho infanto-juvenil e dos filhos adultos, no lugar do trabalho da mulher casada se explica pelas condições de trabalho feminino deste grupo. O trabalho feminino é tipicamente o trabalho da mulher solteira exercido fora de casa. As condições de exploração tornam o trabalho da mulher casada pouco atrativo, principalmente porque a mãe não possui bons níveis de escolaridade e remuneração, além de se afastar do cuidado dos filhos.

O trabalho da mulher casada, nesse sentido, é um trabalho excepcional, que se constitui principalmente como trabalho para produção de valores de troca, no próprio interior do espaço doméstico e aproveitando as horas livres da mulher. Este trabalho, contudo, é realizado sob condições de exploração tamanhas que o tornam de pouca utilidade [...] quando comparado com as possibilidades oferecidas pelo trabalho infanto-juvenil, principalmente quando se pode mobilizar mais de um filho (BILAC, 1978, p.151).

Na fase da dispersão (saída dos filhos trabalhadores adultos / envelhecimento dos pais), o grupo familiar se realiza com a incorporação de um

núcleo mais jovem, onde o genro, por exemplo, torna-se um provedor adicional para compensar a saída dos rendimentos dos filhos homens.

A situação dos trabalhadores não manuais difere do grupo anterior. O tamanho máximo da família é alcançado logo cedo e se mantém para que o núcleo possa se reproduzir dependendo basicamente do prolongamento da escolaridade de seus membros. Reproduzir a geração mais jovem implica em manter os filhos o maior tempo possível na escola, ausentes do mercado de trabalho, de modo que a família se reproduz exclusivamente com o trabalho dos membros adultos.

A manutenção do grupo familiar resultará preferencialmente do trabalho do chefe mas poderá também resultar dos esforços conjugados dele e de sua esposa, quando existirem condições para o trabalho feminino, condições estas criadas já no núcleo de origem da mulher, mediante sua escolarização (BILAC, 1978, p.152).

Nas famílias dos trabalhadores não manuais, a qualificação da mãe e a possibilidade de se substituir a produção de valores de uso por outra mulher recrutada fora da família, entre as filhas dos trabalhadores manuais, tornam o trabalho da mulher casada o rendimento complementar preferencial. Entre os trabalhadores não manuais, o trabalho da mulher solteira não é diferente do trabalho da mulher casada, pois o trabalho da filha adulta é um trabalho profissional, como o trabalho de sua mãe.

Depreende-se da análise da autora que a relação entre a produção doméstica de valores de uso e a produção em situação de mercado não ocorre de modo semelhante nos dois grupos pesquisados. As diferenças observadas nas estratégias utilizadas pelas famílias guardam uma relação com o modo que se inserem no trabalho. Em suma, o retrato de família traçado pelos estudos da '*ótica da reprodução*', aponta para

[...] uma família sempre preocupada com o equilíbrio entre provedores e consumidores no núcleo familiar, ameaçada que é, continuamente pelo desemprego, e que por isso mesmo, força e reforça a solidariedade entre seus membros e valoriza ao extremo a casa e a propriedade da casa. Por tudo isso, uma família que continuamente se organiza e se reorganiza, uma família que se estrutura e se reestrutura (BILAC, 1991, p.80).

As colocações de Bilac sinalizam questões pertinentes para um recorte preciso das famílias pesquisadas. Esta imagem de família dá conta de um

movimento permanente de construção e (des)construção, de arranjos e (des)arranjos, o que em última instância, revela o potencial de invenção e de re-invenção dos sujeitos. Esta colocação derruba as teses que defendem um conformismo e apatia das classes populares. Neste trabalho, nos apropriamos das reflexões da autora quando aponta a existência de uma lógica de solidariedade interna na ordenação das relações familiares.

Entendemos que a análise da família pelo trabalho, não esgota todo o seu campo de abrangência. Assim, podemos dizer que na década de 1980, a família também foi analisada sob o prisma da cultura.

Esta concepção, desenvolvida principalmente através de análises etnográficas privilegiou os componentes simbólicos da ação humana. O trabalho de Cíntia Sarti *A família como espelho* (2007) é um exemplo desta corrente⁴¹.

Sarti (2007), a partir de uma pesquisa realizada na periferia da cidade de São Paulo, durante a década de 1980, demonstra como a família constitui para os pobres em uma referência organizada em torno de um eixo moral. Seguindo a proposta de Marshall Sahlins em *Cultura e razão prática* (1979), a autora destaca que as escolhas e as relações familiares não comportam apenas uma lógica prática, mas também uma lógica simbólica. Quando Sarti afirma a importância simbólica da família, nos lembramos de Tereza, uma das mulheres entrevistadas no trabalho de campo. Em seu discurso, a chefe aponta os inúmeros problemas que teve com seu irmão, sendo inclusive agredida pelo mesmo. Este é dependente químico, não trabalha e mora em um quartinho ao lado da casa de Tereza. Ela nos conta que todos os dias serve um prato de comida para o seu irmão mesmo contrariada, pois muitas vezes ele chega “*tarde da noite*” e incomoda Tereza. Ela faz assim, pois não poderia negar o pedido de sua mãe. A família, relembra Bilac (2006) não é organizada de acordo com normas “dadas”, mas a partir de contínuas negociações entre seus membros.

Ele come lá na minha casa porque eu dou comida pra ele, mesmo assim apertada, mas eu dou a comida pra ele, e ele toma banho no banheiro lá de casa. Porque a minha mãe antes de morrer, quando ela tava muito doente, ela me pediu, ela falou assim: “Tereza, eu sei que você é a única filha que não vai negar um prato

⁴¹ Outros autores representantes desta perspectiva e que serão retomados ao longo da dissertação são Cláudia Fonseca *Caminhos da Adoção* (2006) e *Família, Fofoca e Honra* (2004); Tânia Salem *Mulheres faveladas: com a venda nos olhos* (1981); Alba Zaluar *A máquina e a revolta* (1994).

de comida ao seu irmão, seu irmão não vale nada, mas a comida você dá”. [...] Esse irmão brigava comigo, eu agüentava tudo. Me xingava, mas eu agüentava devido assim, devido a minha mãe que tava doente e eu não poderia reagir pra não complicar mais a saúde dela... ela era diabética, tinha pressão alta, problema de coração...

[...] Ela me pediu. Então assim, você vê que a sua mãe tá num momento que ela chega pra você, “eu sei que eu vou pro hospital e não vou voltar pra casa”. Ela falou isso pra mim. Aí ela me pediu pra fazer, eu continuar dando comida pra ele. Aí eu não posso deixar[...], tem pessoa que critica, que acha que eu tô errada, pra mim não fazer isso. Mas e aí se eu não der, como é que vai ser? Eu fico numa situação difícil, aí “mamãe pediu assim pra mim”, eu não posso deixar de não dar. Tem dia que eu não tenho muito... às vezes tem dia que eu tô na pendura. (Tereza, 48 anos, um filho).

Se analisada por uma lógica apenas prática e instrumental, a atitude de Tereza não poderia ser apreendida. Contudo, o modo como se estruturam as escolhas nas relações familiares revela que a razão prática não é determinante da ação humana. No “fazer” dos sujeitos comparecem lógicas que estão permeadas de funcionalidade e lógicas carregadas de significados. Estes últimos são definidos de acordo com uma ordem simbólica, que faz com que no universo de Tereza “*não se recuse o pedido de uma mãe*”. Após a morte da mãe Tereza continua oferecendo comida ao irmão, porém seu posicionamento se altera.

Aí que ela veio a falecer né, aí ele veio cantar de galo comigo, falar alto comigo, eu falei assim “Agora, tudo mudou, não sei se você acordou pra vida, que tudo mudou, minha mãe se foi, agora não tem como eu ficar calada na sua presença. Agora, o que vier aí eu não tenho medo de você”! Falei com ele, encarei. Apesar mesmo que eu tenha aquele medo, a gente tem que ter né, mas eu tava confiante em Deus, aí falei com ele “Não tenho medo de você, é do meu jeito. Se tal hora você não pegar comida, não adianta bater na porta, porque aí você vai ter uma surpresa”. **E como era quando sua mãe estava viva?** Era na hora que ele queria. E aí eu não podia falar nada, eu ficava quietinha na minha (Tereza, 48 anos, um filho).

Mesmo em uma situação de sujeição e de inferioridade, é necessário entender as maneiras pelas quais as mulheres atuam e criam resistências ora explícitas, ora prosaicas. Elas tornam-se necessárias para desvendar as sutilezas produzidas, com o intuito de reagir à opressão. Nesse ponto, Thompson (1981, p.16) argumenta que no interior do ser social ocorrem mudanças que possibilitam uma experiência transformada. Tal experiência é decisiva, no sentido de que exerce pressão sobre a consciência social existente e suscita novas questões. Este movimento de resistência não se expressa em atos heróicos ou através de

discursos emancipatórios, mas estão presentes de modo sutil e tácito no cotidiano e na intimidade do grupo familiar.

A família é concebida como uma questão ontológica para os pobres. Ao buscar as categorias que os pobres organizam e interpretam suas vidas, Sarti afirma que a importância da família “não é funcional, seu valor não é meramente instrumental, mas se refere à sua identidade de ser social e constitui o parâmetro simbólico que estrutura sua explicação no mundo” (2007, p. 33). A autora chama a atenção para a rede de obrigações que se estabelece definindo desse modo, a extensão da família entre os pobres. Com exceção da relação entre pais e filhos, na qual as obrigações são dadas, não se escolhem, as demais relações podem ser seletivas dependendo de como se estabelecem as obrigações mútuas dentro da rede de sociabilidade. Sarti aponta que “não há relações com os parentes de sangue, se com eles não for possível dar, receber e retribuir” (2007, p.86).

Nas famílias pobres, confirma Cíntia Sarti, existe uma força simbólica dos padrões patriarcais operando através de uma divisão complementar⁴² de autoridades entre o homem e a mulher na família. Para a autora, a casa é associada à mulher e a família com o homem. Os binômios, casa/família, homem/mulher se constituem de maneira complementar, mas hierárquica. Para a autora, apesar do modelo estabelecer uma hierarquia, a mulher não é totalmente destituída de autoridade. Baseada nesta diferenciação, Sarti (2007) esclarece que no universo simbólico dos pobres

Em consonância com a precedência do homem sobre a mulher e da família sobre a casa, o homem é considerado o **chefe da família** e a mulher, a **chefe da casa**. O homem corporifica a idéia de autoridade, como uma mediação da família com o mundo externo. Ele é autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar. À mulher cabe outra importante dimensão da autoridade: manter a unidade do grupo familiar. Ela é quem cuida de todos e zela para que tudo esteja em seu lugar (SARTI, 2008, p.28 - grifo nosso).

Na concepção de Cynthia Sarti (1992), a alusão ao padrão patriarcal se faz como *modelo ideológico* na análise da moralidade, especialmente no caso das relações internas na família das camadas populares. Sabemos que a família patriarcal hoje não existe como modelo empírico e muito menos como um sistema social, econômico e político tal qual o descrito por Gilberto Freyre em *Casa*

⁴² Para uma análise da noção de complementaridade ver Perrot & Farge (2001).

Grande & Senzala (1933). No entanto, como *norma e representação*, o forte componente hierárquico de autoridade patriarcal do homem sobre a mulher e dos mais velhos sobre os mais novos, se faz presente nas relações familiares e sociais dos pobres urbanos. Além disso, esta hierarquia estende-se a outras áreas da vida social como demonstram o familismo e o privatismo presentes nas relações sociais brasileiras, mediando as relações entre o público e o privado.

Corroborando com a argumentação acima, consideramos pertinente acrescentar que as relações patriarcais, redefinidas em suas novas formas encontram-se presentes na contemporaneidade (MACHADO, 2000). No entanto, o uso da abordagem do patriarcado deve incorporar as atualizações teóricas que apontam para o desocultamento de outros sistemas de poder e subordinação (classe, etnia/raça e geração) e da trama social onde operam os sistemas de desigualdades sociais entre os seres humanos (COSTA, 2004). Sem estas ponderações, o paradigma do patriarcado implica em um sentido totalizador, abafa resistências, compensações e empobrece os sentidos contraditórios.

A configuração em rede, observa Cynthia Sarti, constitui característica fundamental das famílias pobres urbanas, pois

[...] ainda que o projeto de casar venha junto com o de ter uma casa, como núcleo independente, os vínculos com a rede familiar mais ampla não se desfazem com o casamento, pelas obrigações que continuam existindo em relações aos familiares (2008, p.28).

Nas famílias, principalmente quando a mulher assume a provisão econômica do domicílio, observam-se alterações nas relações de autoridade e ela pode desempenhar o ‘papel’ de chefe de família, tradicionalmente designado para o homem, conforme foi largamente observado nos discursos das mulheres por nós pesquisadas. O não cumprimento do ‘papel’ de provedor abala profundamente a autoridade masculina e o respeito que lhe ‘devem’ seus familiares. Este padrão patriarcal, fragiliza socialmente a família onde não há um homem provedor. Nesses casos, para Sarti, a família tende a buscar a substituição da figura masculina de autoridade por outros homens da rede familiar, com destaque para o avô ou tio materno na designação de um ‘chefe masculino’. Diferentemente do proposto por Sarti, em nossa pesquisa não aparece nos relatos de campo, nenhuma referência a outros homens da rede familiar das entrevistadas exercendo algum

‘papel’ de autoridade nas famílias por elas chefiadas. A centralidade e a referência repousam sobre a figura da mulher-mãe.

Embora não se aplique totalmente ao nosso universo pesquisado, um dos veios analíticos que atravessam os estudos mais contemporâneos sobre família, diz respeito à questão da individualidade. No âmbito da família trata-se da sobreposição dos valores individuais sobre os valores coletivos. Em outras palavras, nos referimos à afirmação da individualidade e a importância das obrigações/deveres familiares. Esta “*transformação na intimidade*” (GIDDENS, 1993) requer em termos práticos um bom nível de escolarização e também espaços privados, espaços de intimidade. Esta busca pela individualização se realiza pela via da autonomia e independência dos membros da família. Neste raciocínio, autonomia significa a condição de se relacionar com outras pessoas de um modo igualitário.

Assim concebida, a autonomia permite aquele respeito pelas capacidades do outro, intrínseco a uma ordem democrática. O indivíduo autônomo é capaz de tratar os outros dessa forma e reconhecer que o desenvolvimento de suas potencialidades separadas não é uma ameaça. A autonomia também ajuda a configurar os limites pessoais necessários à administração bem-sucedida dos relacionamentos (GIDDENS, 1993, p. 206).

A despeito dos autores⁴³ que defendem a crescente individualização da sociedade, a tônica dos estudos sobre a família nas classes populares questiona a homogeneização desta tendência, afirmando que tal processo não ocorre de maneira uniforme nos diversos contextos sociais e arranjos familiares (MENDES, 2005; SALEM; 1981, SARTI, 2006; 2007 e ZALUAR, 1994). Tais pesquisas advertem para a tensão entre valores individuais e coletivos nas famílias populares.

A associação entre individualização dos sujeitos e posição de classe surge como chave analítica interessante para compreender as transformações da família na contemporaneidade. As possibilidades de individualização tornam-se pouco nítidas no caso das famílias pobres, uma vez que as condições de vida dificultam a

⁴³ Nessa linha, umas das principais referências é o trabalho de Giddens (1993).

realização deste projeto individual. Concorde-se com Sarti quando enfatiza que a tradição⁴⁴ constitui a referência fundamental para se pensar estas famílias.

A tradição mantém-se, assim, como uma referência fundamental da existência. Pensam seu lugar no mundo a partir de uma lógica de reciprocidade de tipo tradicional em que o que conta decisivamente é a solidariedade dos laços de parentesco e de vizinhança com os quais viabilizam sua existência. Sua busca em serem modernos, ou seja, de usufruírem da possibilidade, dada por nossa época, de conceber e realizar projetos individuais, quando chega a ser formulada, torna-se uma busca frustrada, em que aparece o peso de sua subordinação social. (2006, p.47)

Para Zaluar (1994) o adjetivo individualista tem pouca expressão no contexto das relações entre as classes populares. As necessidades de sobrevivência forçam a cooperação dos membros da família e outros parentes e agregados.

Isso não significa dizer que esta dimensão mais individualizada não se faça presente nas aspirações⁴⁵ das mulheres chefes de famílias por nós estudadas. Afinal de contas, elas fazem parte do mundo moderno e não são insensíveis a estes apelos. O que observamos é a renúncia em nome dos filhos. Abaixo, recordamos o trecho em que uma das mulheres chefes, aponta que as necessidades dos filhos têm prioridade sobre os seus próprios desejos.

[...] nem penso em comprar para mim. Se eu tiver que comprar, mesmo eu precisando um chinelo ou um batom, mas eu vejo que um deles está precisando de alguma coisa, primeiro eles, um batom, um brinco, primeiro eles. Acho que não seria justo eu pagar para mim a **Ana-mulher**, um batom, um brinco, um perfume e saber que meus filhos estão precisando de alguma coisa, então é a **Ana-mãe** que reina sempre (Ana, 28 anos, dois filhos).

Apostando na perspectiva das relações sociais, compreendidas não como estruturas fixas, mas em permanente processo de mudanças e re-composições, entendemos que os valores individuais e a tradição não se constituem como opostos e excludentes. As mudanças existentes se processam de modo paradoxal revelando uma convivência nem sempre harmonioso do ‘tradicional’ com o

⁴⁴ Para Sarti (2006; 2007) a tradição está relacionada aos hábitos e padrões que dirigem os comportamentos e indicam a procedência do todo sobre as partes, justificando na família as relações morais e hierárquicas.

⁴⁵ A noção de indivíduo moderno não deve ser apreendida de modo hermético na compreensão das relações entre os pobres urbanos, mas importa dar conta de uma *interface* entre o moderno e o arcaico (COUTO, 2005).

‘moderno’ e não como estruturas homogêneas e fixas no tempo. (MENDES, 2005). O que queremos ressaltar é que nestas famílias, a tradição *ainda* opera com fundamentos de ordem moral.

Por meio da análise das relações entre homens e mulheres na família pobre, pode-se perceber que a dificuldade de afirmação individual – tanto para o homem como, particularmente, para a mulher, que tem uma posição subordinada na hierarquia familiar – é expressa fundamentalmente como uma questão de ordem moral. Tal dificuldade aparece como uma incongruência em seu universo moral, onde os laços de obrigações em relação a seus familiares prevalecem sobre os projetos individuais (SARTI, 2007, p.20).

Tendo em vista a simplificação presente em sínteses, este breve balanço dos estudos sobre famílias nas classes populares não pretendeu apontar se determinada análise ou perspectiva se mostrou equivocada, ao privilegiar alguns aspectos em detrimento de outros.

A apreensão da família não constitui tarefa simples de realizar e nesse sentido, nossa abordagem para se aproximar do objeto pesquisado não descarta a especificidade dos vários elementos envolvidos. Por isso, não nos orientamos no sentido de buscar oposições entre os estudos, mas destacar elementos de conexão nas perspectivas citadas.

Nossa intenção ao apontar a contribuição desses autores é revelar a dinâmica e a complexidade da realidade social, considerando as limitações de nossos instrumentos analíticos, indicando assim a impossibilidade de apreender a realidade por inteiro. Ao situarmos nosso olhar a partir da perspectiva dialética compreendemos a realidade repleta de ambigüidades e possibilidades.

Na tentativa de ultrapassar a dicotomia *estrutura x processo* encontramos na obra de E. P. Thompson o “termo ausente”: a experiência. A articulação entre experiência e cultura possibilita o ponto de junção entre as determinações objetivas do ser social e a possibilidade do agir e da intervenção humana. Homens e mulheres constroem suas vidas em condições determinadas e vivenciam estas experiências no âmbito do pensamento e no âmbito do sentimento, da cultura.

[...] as pessoas não experimentam sua própria existência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou

(através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. (THOMPSON, 1981, p.189).

Diversos aspectos caracterizam as famílias pesquisadas e de modo mais amplo, as famílias populares, considerando as determinações de classe, gênero e os problemas que lhes são comuns. Porém, nas homogeneizações não há espaço para os conflitos e contradições, além de se perder de vista as experiências dos sujeitos. Assim, as semelhanças observadas, não nos possibilitam tipificar de maneira fixa e fechada tais famílias. A família deve ser apreendida de modo descontínuo, não-linear e heterogêneo (SARTI, 2006).

Ao realizarmos este breve balanço da bibliografia, apontamos algumas tendências nos trabalhos que consideramos pertinentes ao nosso estudo de caso.

A família, enquanto categoria analítica é central em nossa discussão e como referência empírica, assume grande importância na vida das mulheres pesquisadas. A lógica da solidariedade presente nas famílias das camadas populares não se restringe ao núcleo familiar, mas também se estende aos parentes, vizinhos e amigos. Tal tendência não deve ser interpretada como harmonia e consenso entre os membros, mas uma estratégia. Na sociedade brasileira, caracterizada pela lógica da destituição e privação de direitos, a sobrevivência se baseia nos recursos pessoais e nas energias morais que a família articula. Torna-se assim, uma espécie de garantia ética, moral e material. (BILAC, 1978, 1991; FAUSTO NETO, 1982; TELLES apud ALENCAR, 2006).

Na condução de suas famílias, as mulheres chefes, têm papel central na mobilização de uma ‘rede’ de suporte material e imaterial. Na costura desta rede, que ultrapassa o limite de suas casas, os sujeitos encontram-se atados. Enredados, em um duplo sentido, a trama de obrigações impede a individualização e ao mesmo tempo possibilita a existência da família através dos suportes e apoios articulados (FAVARO, 2008; GONZÁLEZ DE LA ROCHA, 1991; SARTI, 2007).

A organização da família e suas normas não estão ‘dadas’. Elas se fazem e se re-fazem constantemente revelando a dialética inerente a este objeto. A família nas camadas populares, ao se estruturar e re-estruturar cria espaços próprios para elaboração de suas experiências e põe em movimento lógicas que estão revestidas

de significados e também de funcionalidades (SARTI, 2006; BILAC, 1978, 1991, 1995).

O trabalho, como já mencionado, compõe outra categoria central nesta dissertação, pois as mulheres pesquisadas se constituem como provedoras de seus lares. A literatura sobre o tema propõe que o valor dado ao trabalho situa-se no seu fim: prover a família. Relacionado ao destino de seus rendimentos, o valor do trabalho para os pobres se refere à capacidade de ser um ‘bom provedor’ e não somente um ‘bom trabalhador’ ou bom profissional. Nesse contexto, prover significa trazer dinheiro para casa, providenciar teto e comida para a família e não gastar o dinheiro com vícios (SARTI, 1995, 2007; ZALUAR, 1994).

Na tradicional organização doméstica da família, ao homem cabe prover, ou seja, ser o chefe/pai da família. Assim, trabalho, honra e moral mesclam-se para compor a autoridade paterna e respeitabilidade da família. A mulher cabe administrar os recursos e ser a mãe/dona de casa, *cuidar* de tudo dentro da casa e de todos. A autoridade, nesse caso, vincula-se a exaltação da mulher enquanto mãe. Fica evidente a tradicional divisão sexual do trabalho e também a delimitação da casa como espaço físico e da família como universo simbólico (SARTI, 1995, 2007; WOORTMANN, 1984, 1987).

As mulheres chefes de família, ao serem as responsáveis pela provisão, desafiam preconceitos e ideologias de gênero. Sobre esta categoria, de importância fundamental em nosso trabalho, incide a análise do próximo capítulo.